

Neoliberalismo e conservadorismo: quem são os “cidadãos de bem” ressentidos?

Neoliberalism and conservatism: who are the resentful "good citizens"?

DOI:10.34117/bjdv8n7-153

Recebimento dos originais: 23/05/2022

Aceitação para publicação: 30/06/2022

Francisco das Chagas Sampaio Medina

Doutorando em Direito Constitucional pela Universidade Fortaleza (UNIFOR)
Instituição: Universidade Fortaleza (UNIFOR)
Endereço: Avenida Almirante Maximiniano da Fonseca, 421, Apartamento 904,
Luciano Cavalcante, CEP: 60811-020, Fortaleza – CE
E-mail: medina.adv@unifor.br

Paulo Roberto Meyer Pinheiro

Doutorando em Direito Público, Desafios Sociais, Incerteza e Direito pela Faculdade de
Direito da Universidade de Coimbra (FDUC)
Instituição: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC)
Endereço: Rua Barbosa de Freitas, 941, Apto 702, Aldeota, CEP: 60170-021
E-mail: paulomeyer@unifor.br

Leonardo José Peixoto Leal

Doutor em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC)
Instituição: Universidade Federal do Ceará (UFC)
Endereço: Rua 8 de Setembro, 1214, Apto 1502, CEP: 60175-210
E-mail: leonardo.jpleal@gmail.com

Marcus Cristian de Queiroz e Silva

Mestrando em Direito Constitucional pela Universidade Fortaleza (UNIFOR)
Instituição: Universidade Fortaleza (UNIFOR)
Endereço: Rua Hermínia Bonavides, nº 330, Praia do Futuro, CEP: 60182-260
Fortaleza – CE
E-mail: marcus.queiroz@edu.unifor.br

José Diego Martins de Oliveira e Silva

Doutorando em Direito Constitucional pela Universidade Fortaleza (UNIFOR)
Instituição: Universidade Fortaleza (UNIFOR)
Endereço: Av. Washington Soares, 1321, Sala B-08, Edson Queiroz, CEP: 60811-905,
Fortaleza – CE
E-mail: diego@unifor.br

Tais Medina Lopes de Freitas

Mestre em Direito pela Universidade Fortaleza (UNIFOR)
Instituição: Universidade Fortaleza (UNIFOR)
Endereço: Rua Prof. Jacinto Botelho, 94, Guararapes, CEP: 60810-050, Fortaleza – CE
E-mail: taisslopes@hotmail.com

Aline Veras Leite Mota

Doutoranda em Direito Constitucional pela Universidade Fortaleza (UNIFOR)
Instituição: Universidade Fortaleza (UNIFOR)
Endereço: Av. Washington Soares, 1321, Sala B-08, Edson Queiroz, CEP: 60811-905,
Fortaleza - CE
E-mail: alineverasmota@unifor.br

Ana Cecília Bezerra de Aguiar

Doutoranda em Direito Constitucional pela Universidade Fortaleza (UNIFOR)
Instituição: Universidade Fortaleza (UNIFOR)
Endereço: Av. Washington Soares, 1321, Sala B-08, Edson Queiroz, CEP: 60811-905,
Fortaleza - CE
E-mail: ceciliaaguiar@unifor.br

RESUMO

Nos últimos anos, candidatos de extrema direita, que flertam com o autoritarismo e põem em risco a democracia, ascenderam ao poder em diversos países do mundo. No Brasil, esse processo também aconteceu, e, nas eleições presidenciais de 2018, Jair Bolsonaro foi eleito com o discurso que prometia um governo “conservador nos costumes e liberal na economia”. Após dois anos e meio de mandato marcado por múltiplas crises e polêmicas, sua popularidade atingiu o grau mais baixo em maio de 2021. Contudo, de acordo com a pesquisa de opinião realizada pelo Instituto Datafolha neste mesmo mês, 24% dos entrevistados continuam avaliando seu governo como “ótimo/bom”. A partir disso, o presente estudo visa a investigar o que motiva esse apoio ao Presidente, lançando-se, para tanto, mão de estudos da Filosofia Política, da Psicanálise e da Antropologia. Conclui-se que é possível explicar pelo viés psicanalítico a motivação do grupo que permanece apoiando Jair Bolsonaro, valendo-se da categoria do ressentimento, paixão condizente com a subjetividade forjada no contexto neoliberal.

Palavras-chave: neoliberalismo, autoritarismo, democracia, conservadorismo, bolsonarismo, ressentimento.

ABSTRACT

In recent years, far-right candidates, who flirt with authoritarianism and endanger democracy, have risen to power in several countries around the world. In Brazil, this process also happened, and in the 2018 presidential elections, Jair Bolsonaro was elected with a speech that promised a government "conservative in customs and liberal in the economy." After two and a half years in office marked by multiple crises and controversies, his popularity reached its lowest degree in May 2021. However, according to an opinion poll conducted by Datafolha Institute in the same month, 24% of the respondents still evaluate his government as "excellent/good". Based on this, the present study aims to investigate what motivates this support for the President, using studies in Political Philosophy, Psychoanalysis, and Anthropology. The conclusion is that psychoanalysis enables to explain the motivation of the group that keeps supporting Jair Bolsonaro through, using the category of resentment, a passion consistent with the subjectivity forged in the neoliberal context.

Keywords: neoliberalismo, authoritarianism, democracy, conservatism, bolsonarism, resentment.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, candidatos de extrema direita ascenderam ao poder em diversos países do mundo. Juntamente com os processos eleitorais que resultaram em sua vitória, viu-se ganharem força discursos que, por um lado, defendiam a austeridade própria das políticas econômicas neoliberais, como a privatização de empresas públicas, a redução de direitos sociais e o fim de ações afirmativas. Por outro lado, advogavam em prol de um conservadorismo moral que, assumindo contornos autoritários, censuravam ações políticas voltadas para a garantia da democratização de diferentes formas de existência.

No Brasil, esse processo também aconteceu, e, nas eleições presidenciais de 2018, Jair Bolsonaro foi eleito com o discurso que prometia um governo “conservador nos costumes e liberal na economia”. Muito embora ele tenha representado um ponto de convergência de eleitores com orientações políticas e propósitos diversos, ao longo de seu governo, sua popularidade foi caindo. Os dois anos e meio de mandato de Bolsonaro foram marcados por múltiplas crises e polêmicas, como pandemia; escândalos de corrupção; demissão de vários Ministros; instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito; envolvimento em desavenças com outras nações; desvalorização da moeda nacional; alargamento das desigualdades sociais e aumento das taxas de desemprego. De acordo com a última pesquisa publicada pelo Instituto de Pesquisas Datafolha acerca da aprovação do governo do atual Presidente da República do Brasil, Jair Bolsonaro conta com o menor grau de aprovação desde que assumiu o cargo. Contudo, 24% dos entrevistados permanecem avaliando seu governo como “ótimo/bom”. Diante desse cenário, pode-se questionar o que continua motivando esse apoio ao Presidente, sendo esse o objetivo geral do presente artigo, lançando-se, para tanto, mão de estudos da Filosofia Política, da Psicanálise e da Antropologia.

Buscar essa compreensão é uma forma de entender a história recente do Brasil, um país que, não se pode ignorar, tem um passado próximo de governo autoritário, cujas instituições precisam dar provas constantes de sua solidez, especialmente, quando são alvos de ataques reiterados, como o que vem ocorrendo no atual governo. Assim, esse entendimento serve para desvelar e permitir uma análise mais apurada das forças que movem a política no país, além de ser relevante para a preservação da democracia ainda nascente.

O estudo foi organizado em três seções. Na primeira, buscou-se traçar o perfil do grupo majoritário que, em maio de 2021, continua avaliando o governo como “ótimo/bom”. Para tanto, tomou-se como base a mencionada pesquisa do Instituto

Datafolha, cujo levantamento fora realizado entre os dias 11 e 12 de maio de 2021. Dela, foram extraídos apenas os dados relativos às avaliações como “ótimo/bom” e, por meio de cálculos aritméticos, construíram-se gráficos que permitissem uma melhor visualização desse grupo.

Em seguida, dedicou-se espaço ao estudo do neoliberalismo, enquanto racionalidade, para compreender como a tomada de espaço por sua lógica empresarial, que se espraia pela política, pela economia, pela sociedade e invade a subjetividade dos indivíduos, produz o desmonte da democracia e abre caminho para a adoção de políticas autoritárias. Nesse intuito, adotaram-se, como referencial teórico, principalmente, Marilena Chaui, Pierre Dardot e Christian Laval.

Por fim, partiu-se para a análise do segundo pilar do discurso adotado por Jair Bolsonaro, a defesa do conservadorismo, com o propósito de compreender como este se relaciona com a atmosfera construída pelo neoliberalismo. Ademais, nessa mesma seção, utilizando-se conceitos da Psicanálise como aporte teórico, buscou-se explicar as motivações ligadas aos afetos dos eleitores que permanecem apoiando o Presidente.

Destarte, para o alcance do objetivo pretendido, o estudo que ora se introduz, utilizou-se, quanto aos procedimentos técnicos utilizados para coleta de dados, a pesquisa bibliográfica, baseada em livros e artigos principalmente correlatos ao neoliberalismo, ao conservadorismo e ao bolsonarismo. Quanto aos objetivos, a pesquisa classifica-se como prioritariamente explicativa, vez que busca estabelecer a relação entre os apoiadores de Jair Bolsonaro, a lógica neoliberal e conceitos da Psicanálise (ressentimento e narcisismo das pequenas diferenças). Do exposto, percebe-se que a natureza da pesquisa é qualitativa, visto que se busca observar e interpretar o recorte da realidade tomado como objeto de estudo, por meio dos procedimentos acima descritos, sem se ter, contudo, pretensão de estabelecer leis gerais ou previsões.

2 QUEM SÃO OS ELEITORES QUE PERMANECEM APOIANDO JAIR BOLSONARO?

A partir de pesquisa etnográfica realizada pelo Núcleo de Etnografia Urbana e Audiovisual da FESPSP (Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo), tornou-se possível constatar que os eleitores de Jair Bolsonaro compõem uma multiplicidade de perfis. O mencionado estudo entrevistou mais de 1.000 pessoas, entre o início de 2016 e o final de 2018, nas mobilizações em espaços públicos da cidade de São Paulo e nas redes sociais digitais. Concluiu-se, assim, que não existia um grupo social específico o qual se

possa chamar de “eleitorado de Bolsonaro”, e que um público cada vez mais diverso foi se aglutinando em torno de sua candidatura ao longo da campanha. Dessa forma, o relatório da pesquisa agrupou os apoiadores em 16 categorias (levando-se em consideração os marcadores de classe social, raça/etnia, identidade de gênero, religião, formas de engajamento e crenças), são elas: pessoas de bem; masculinidade viril; *nerds*, *gamers*, *hackers* e *haters*; militares e ex-militares; femininas e “bolsogatas”; mães de direita; homossexuais conservadores; etnias de direita; estudantes pela liberdade; periféricos de direita; meritocratas; influenciadores digitais; líderes religiosos; fieis religiosos; monarquistas e isentos (FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO, 2018).

No entanto, passados quase 2 anos e meio de governo, em um período ímpar da história do país, dentre outros motivos, por conta de uma pandemia, o cenário descrito acima sofreu consideráveis modificações. Destarte, reserva-se esse espaço para uma análise descritiva dos brasileiros que, em maio de 2021, continuam apoiando Jair Bolsonaro. Para tanto, será utilizada a mais recente pesquisa publicada pelo Instituto de Pesquisas Datafolha acerca da aprovação do governo do atual Presidente da República do Brasil (DATAFOLHA, 2021). O levantamento foi realizado entre os dias 11 e 12 de maio de 2021, por meio de 2.071 entrevistas com a população brasileira com 16 anos ou mais, em todo o Brasil, distribuídas em 146 municípios¹.

A pesquisa em pauta revelou o menor grau de aprovação do mandato do Presidente, caindo de 30% em março deste ano para 24% em maio. Nesse mesmo período, subiu de 45% para 50% a parcela de brasileiros que nunca confia nas declarações do Presidente Jair Bolsonaro. Reduziram-se também os índices dos que às vezes confiam em suas declarações (de 35% para 34%) e dos que sempre confiam nele (de 18% para 14%)². Para 58% dos entrevistados, o presidente Jair Bolsonaro não tem capacidade para liderar o país, índice similar ao registrado em março (56%). Nesse interregno, registraram-se também mudanças nos índices dos que avaliam ser ele capaz de liderar o país, consistente numa atual parcela de 38% (eram 42% no último levantamento). Ademais, a quantidade de pessoas que avalia que ele não tem capacidade para liderar o país cresceu de 56% para 58%.³ Outra mudança observada relaciona-se com os números relativos ao processo de

¹ A margem de erro máxima para o total da amostra é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos, dentro do nível de confiança de 95% (DATAFOLHA, 2021).

² 1% dos entrevistados preferiu não opinar sobre o tema.

³ Corresponde a 4% a quantidade dos que não opinaram.

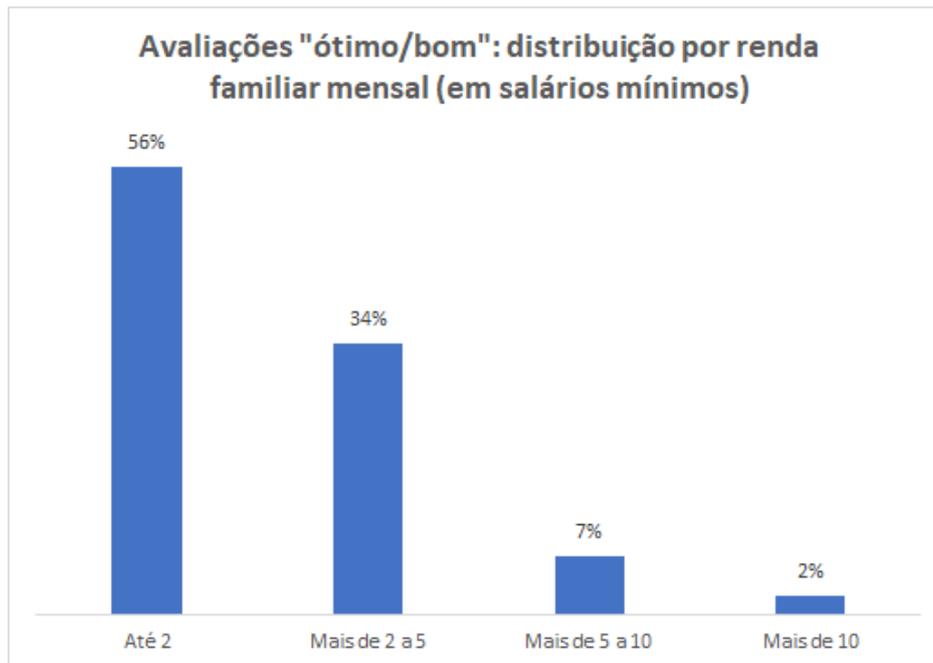
impeachment. Essa foi a primeira vez em que o índice dos que apoiam que o Congresso Nacional inicie um processo de impeachment contra o presidente supera o dos que são contrários. Os que desejam a abertura do processo chegam a somar 49% dos entrevistados (em março, eram 46%). Já os que são contrários à instauração do processo de impedimento diminuíram de 50% para 46% (DATAFOLHA, 2021).

Diante desse cenário de perda de capital político, existem, contudo, os que permanecem apoiando o governo de Bolsonaro, avaliando-o como “ótimo/bom”. Para uma melhor compreensão de quem são essas pessoas, expõem-se, a seguir, gráficos elaborados a partir de cálculos aritméticos dos dados extraídos da referida pesquisa de opinião do Instituto, levando-se em consideração marcadores de sexo, idade, escolaridade, renda familiar mensal e atividade econômica.

Iniciando pelo sexo, tem-se que a maioria dos entrevistados que avalia o governo como “ótimo/bom” são homens, correspondendo a 54% do total, enquanto 44% são mulheres. Levando-se em consideração a classificação etária, entre os mais jovens, o apoio ao Presidente é reduzido se em comparação com os mais velhos. Apenas 9% dos entrevistados têm entre 16 a 24 anos e avaliam o governo como “ótimo ou bom”. Por outro lado, metade dos entrevistados têm 45 anos ou mais e avaliam da mesma forma Jair Bolsonaro (DATAFOLHA, 2021).

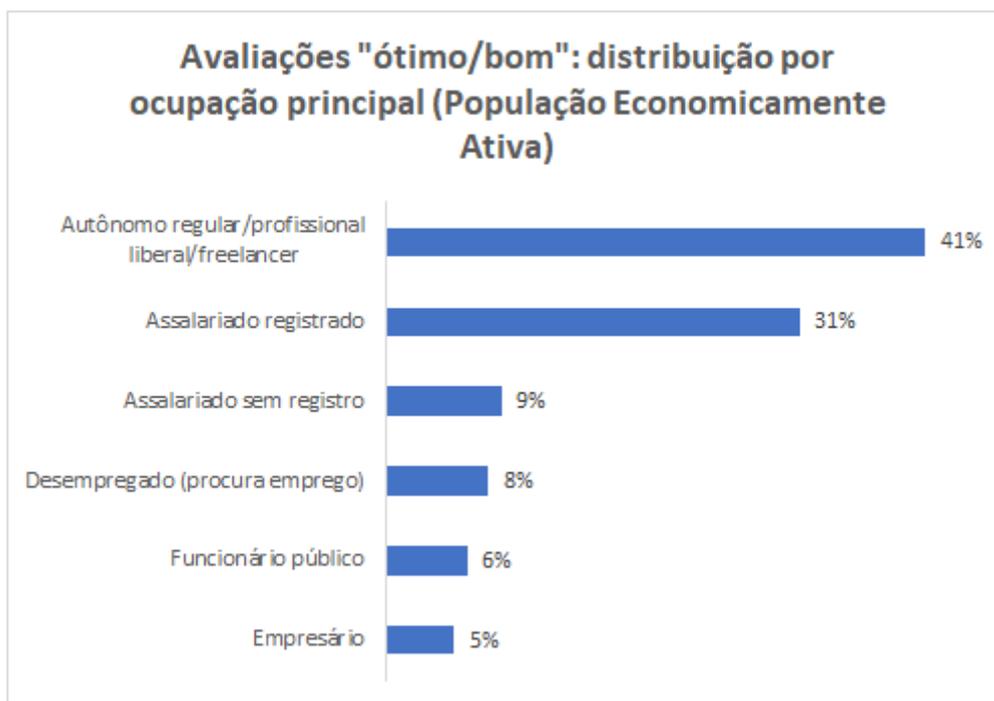
No que concerne à escolaridade, vê-se que, entre os que atingiram um grau mais alto de instrução formal, o apoio a Jair Bolsonaro encontra-se menor que nos demais grupos, totalizando apenas 18% o número de entrevistados com grau superior e que avalia o governo como “ótimo/bom” (DATAFOLHA, 2021).

Relativamente à renda familiar mensal dos entrevistados, destacam-se os que têm renda mensal familiar de até 2 salários mínimos, que correspondem a mais da metade dos que avaliam o governo como “ótimo/bom”. Somando-se essa quantidade com a faixa seguinte de renda (mais de 2 até 5 salários mínimos), tem-se a esmagadora maioria dos que avaliam o governo como “ótimo/bom”, chegando à marca de 90%.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do DataFolha.

Por fim, a pesquisa preocupou-se em categorizar os entrevistados em população economicamente ativa e população não economicamente ativa, e, nessas duas categorias, em classificá-los de acordo com a ocupação principal. Dentre a população economicamente ativa, o grupo em que mais pessoas avalia Jair Bolsonaro é o formado por autônomos, profissionais liberais e *freelancers*, pois 41% dos entrevistados avaliam o governo como “ótimo/bom” e se encaixam nessa categoria. Por outro lado, a menor expressão de aprovação foi entre os empresários, grupo em que se encontram apenas 5% dos entrevistados que classificam o governo como “ótimo/bom”.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do DataFolha.

Quanto à população que não é economicamente ativa, destaca-se o grupo formado pelos aposentados, pois, segundo a pesquisa, mais da metade dos que avaliam o governo como “ótimo/bom” é de aposentados. Tal índice, inclusive, está em consonância com os resultados relativos à faixa etária, em que a população mais velha avalia melhor o governo do que os mais jovens.

Dessa forma, de acordo com os resultados expostos, pode-se inferir que o grupo que avalia, em maio de 2021, o governo Jair Bolsonaro como “ótimo/bom” é formado prioritariamente por pessoas do sexo masculino, que possuem 45 anos ou mais, não têm nível superior de ensino, possuem renda familiar mensal de até 2 salários mínimos e, se partes da população economicamente ativa, são autônomos/profissionais liberais ou *freenlancers*, ou, se partes da população que não é economicamente ativa, são aposentados.

3 NEOLIBERALISMO: O DESMONTE DA DEMOCRACIA E A ADOÇÃO DE POLÍTICAS AUTORITÁRIAS

O neoliberalismo, enquanto proposta de economia política, surgiu nos anos de 1930, a partir do trabalho realizado por economistas, cientistas políticos e filósofos, dentre os quais, destacam-se o austríaco Friedrich von Hayek e o norte-americano Milton Friedman. As ideias defendidas pelo grupo representavam uma oposição ao Estado de

Bem-Estar Social, o qual, conforme argumentavam, por conta dos encargos sociais que custeava e da regulação do mercado que realizava, impedia a prosperidade, pois tolhia a liberdades dos indivíduos e a competição entre eles. A proposta foi colocada em prática na década de 1970, durante o governo de Augusto Pinochet, no Chile, depois no de Margaret Thatcher, na Inglaterra, expandindo-se para todo o mundo em seguida (CHAUI, 2020).

De acordo com Chauí (2020), os traços que caracterizam o modelo neoliberal são:

- O desemprego estrutural: é pressuposto do modelo neoliberal a exclusão de parte da sociedade do mercado de trabalho e de consumo, formando um exército de reserva, o que contribui para a perda de poder dos sindicatos e o aumento da pobreza absoluta. O aumento das taxas de desemprego é consequência do processo de automação e da rápida desqualificação da mão-de-obra em decorrência do rápido avanço tecnológico.
- O monetarismo e o capital financeiro passam a ocupar o centro do capitalismo: o trabalho produtivo é desvalorizado, e o capital financeiro acumula poder e importância, passando a determinar a política de vários Estados, especialmente os periféricos, que dependem da vontade dos bancos e das financeiras para transferir recursos para esses países.
- A terceirização da mão-de-obra passa a ser estrutural: a forma de produção de mercadorias opera de forma fragmentada e dispersa, com a compra de serviços no mundo inteiro. Em decorrência disso, os trabalhadores perdem seus referenciais e a possibilidade de exigirem melhores condições de trabalho, enquanto classe social.
- A ciência e a tecnologia tornam-se forças produtivas: dessa forma, elas passam a ser agentes da acumulação de capital, assim, a força e o poder capitalistas encontram-se nos monopólios do conhecimento e das informações.
- O Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial passam a ser o centro econômico, jurídico e político planetário: isso ocorre porque a transnacionalização da economia torna desnecessária a figura do Estado nacional como circunscrição territorial da economia.
- A polarização entre bolsões de miséria absoluta e riqueza opulente num mesmo país, substituindo a polarização entre países de primeiro e de terceiro mundo.

- O novo imperialismo opera pelo modelo militar de operação em substituição ao modelo de colonização: assim, delimita-se de forma espacial e temporal a ocupação de um território para sua devastação.
- Um novo poder planetário de vigilância e de controle que suplanta os Estados nacionais e as particularidades sociais pelo uso das novas tecnologias de informação: tais ferramentas possibilitam a formação de consórcios empresariais regionais/globais, que, por meio do Internet Protocol, detêm o monopólio de todos os endereços mundiais e controlam todo o sistema informativo/comunicativo da humanidade.

Diante de todos esses elementos, fica fácil perceber como a redução do Estado não é, na realidade, uma característica do neoliberalismo. O que ocorreu, verdadeiramente, foi uma recomposição sua em um novo formato, o qual se adequa às exigências do capital. Nesse modelo, a privatização é realizada nas empresas, mas também nos serviços públicos. Dessa forma, os direitos sociais (pressupostos dos direitos civis e políticos) convertem-se em serviços privados, regulados pelo mercado e usufruídos somente por quem tem condições financeiras para custeá-los (CHAUI, 2020).

Ampliando ainda mais essa perspectiva, Dardot e Laval (2016) defendem que, antes de ser uma política econômica, o neoliberalismo é uma racionalidade, que, como tal, cria determinados formatos de interações sociais, de estilos de vida e, inclusive, de subjetividades. Destarte, além de orientar as ações dos governantes, ele também orienta o agir dos governados. Essa racionalidade coloca a generalização da concorrência como norma de conduta e a empresa como modelo de subjetivação⁴. Por conta disso, os autores defendem que se deve falar em sociedade neoliberal, que existe para além de uma política ou de uma economia neoliberais, visto que aquela é uma sociedade capitalista, mas que se organiza com base numa especificidade: o princípio universal da concorrência.

Essa tomada de espaço da lógica empresarial, que se espraia pela política, pela economia, pela sociedade e invade a subjetividade dos indivíduos, produz o desmonte da democracia e abre caminho para a adoção de políticas autoritárias. Nesse sentido, Chaui

⁴ Analisando-se as diferentes esferas de influência do neoliberalismo, tem-se: “Há quase um terço de século, essa norma de vida rege as políticas públicas, comanda as relações econômicas mundiais, transforma a sociedade, remodela a subjetividade. Ora sob seu aspecto político (a conquista do poder pelas forças neoliberais), ora sob seu aspecto econômico (o rápido crescimento do capitalismo financeiro globalizado), ora sob seu aspecto social (a individualização das relações sociais às expensas das solidariedades coletivas, a polarização extrema entre ricos e pobres), ora sob seu aspecto subjetivo (o surgimento de um novo sujeito, o desenvolvimento de novas patologias psíquicas)” (DARDOT; LAVAL, 2016, s.p.).

(2020) explica que o neoliberalismo seria o novo formato do totalitarismo⁵. Totalitarismo porque verifica-se a presença do princípio fundamental da formação social totalitária: a indiferenciação das instituições sociais e políticas, que passam a ser entendidas como organizações⁶. No entanto, ao invés de o Estado absorver a sociedade, como tradicionalmente ocorre nas experiências históricas totalitárias, agora, a sociedade toma conta do Estado. A lógica empresarial transforma então o Estado em empresa; mascara o desemprego estrutural com a uberização do trabalho; o indivíduo não é mais visto como membro de uma classe social, mas como um empreendimento, “empresário de si mesmo”; a concorrência que guia os comportamentos sociais, é denominada de meritocracia; o salário é tido como renda individual; a educação é um investimento para ensinar crianças e adolescentes a se comportarem de forma competitiva. Essa orientação para a concorrência é fonte de ódios, ressentimentos e violência, especialmente, dirigidos aos grupos vulneráveis, o que inviabiliza o sentimento de solidariedade social.

Ademais, quando o Estado deixa de ser uma instituição pública e se traveste de empresa, verifica-se o processo de privatização dos direitos. Ou seja, como se mencionou acima, direitos econômicos, sociais e políticos, outrora garantidos pelo poder público, transformam-se em serviços privados. Dessa forma, amplia-se o espaço do interesse do mercado, ao passo em que se encolhe o espaço público dos direitos. A consequência disso é a corrosão da democracia. Aqui, refere-se à democracia como algo mais profundo que a existência de eleições, partidos políticos, organização do Estado por meio da divisão em

⁵ Como a autora explica, não seria necessariamente caracterizado pela presença de um líder autocrata das massas e o Povo-Um, mas ainda assim operam com instrumentos próprios de um governo totalitários, dentre os quais, destacam-se: a desvalorização das instituições como instâncias de mediação da relação entre governantes e governados; o fortalecimento do discurso de ódio ao outro; o uso de tecnologias da informação que permite a realização de controle e vigilância; e o uso do cinismo ou da recusa da distinção entre verdade e mentira como forma de governar (CHAUI, 2020).

⁶ Nas palavras da autora: "O que é uma instituição social? É uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela. Sua ação se realiza numa temporalidade aberta porque sua prática a transforma segundo as circunstâncias e suas relações com outras instituições. É histórica. O que é uma organização? Uma organização difere de uma instituição por definir-se por uma outra prática social, qual seja, a de sua instrumentalidade, fundada nos dois pressupostos de equivalência e generalidade de todas as esferas sociais, que, como vimos, definem a administração. Uma organização é percebida e praticada segundo um conjunto de normas gerais desprovidas de conteúdo particular que, por seu formalismo, são aplicáveis a todas as manifestações sociais. Está referida ao conjunto de meios particulares para obtenção de um objetivo particular, ou seja, não está referida a ações articuladas às idéias de reconhecimento externo e interno, de legitimidade interna e externa, mas a operações, isto é, estratégias balizadas pelas idéias de eficácia e de sucesso no emprego de determinados meios para alcançar o objetivo particular que a define. É regida pelas idéias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito, por isso sua temporalidade é efêmera e não constitui uma história" (CHAUI, 2020, p. 320).

três Poderes e respeito da vontade da minoria pela maioria. Toma-se a sociedade democrática como aquela que não prescinde da criação de novos direitos e garantia do gozo dos direitos existentes por meio da abertura do campo social. Esse movimento de ampliação de direitos e garantias promove a realização de uma atividade democrática pela própria sociedade, o que representa um contra-poder que determina, dirige, controla e modifica a ação estatal e o poder dos governantes (CHAUI, 2020).

Em sentido semelhante, Dardot e Laval (2016) explicam que a extensão do alcance da razão neoliberal é tão ampla, que faz desaparecer, inclusive, a separação entre esfera pública e esfera privada, levando-se ao desgaste os fundamentos da democracia liberal, quais sejam: certa irredutibilidade da política e da moral ao econômico; certa primazia da lei como ato do Legislativo e a subordinação do Poder Executivo ao Poder Legislativo; relação do cidadão com o “bem comum”, ou “bem público”, da qual decorre a valorização da participação direta dele nas questões públicas. Destarte, a racionalidade neoliberal é responsável, dentre outros fatores: pela diluição do direito público em benefício do direito privado; pela conformação da ação pública aos critérios da rentabilidade e da produtividade; pela depreciação simbólica da lei como ato próprio do Legislativo; pelo fortalecimento do Executivo; e pela promoção do “cidadão-consumidor” encarregado de arbitrar entre “ofertas políticas” concorrentes.

No que concerne a esse último elemento, deve-se destacar que a cidadania, como construção histórica desde o século XVIII no Ocidente, é profundamente questionada pela subversão da relação entre governantes e governados. Dessa forma, como explicitado no pensamento de Chaui anteriormente, observa-se a extinção de direitos estreitamente ligados à existência da própria cidadania, em especial dos direitos de proteção social. Assim, desaparece o cidadão, como sujeito de direitos, e, numa visão estritamente individualista, entra em cena o “homem empreendedor”, a quem a sociedade não deve nada, que “tem que se esforçar para conseguir o que quer”, pois não há “nada de se falar em direitos se não houver uma contrapartida”. Essa ação pública orientada de forma gerencial afronta a lógica democrática da cidadania social, reforçando lógicas de exclusão e criando um número crescente de “subcidadãos” ou “não-cidadãos” (DARDOT; LAVAL, 2016).

Os autores vão ainda além quando apontam que a racionalidade neoliberal, ao contestar os direitos sociais, não contraria apenas os fundamentos políticos da democracia liberal, mas também os culturais, os morais e os jurídicos. Num paradigma estritamente gerencial, o critério de validação passa a ser exclusivamente o da eficácia, o do

atingimento do objetivo pretendido. Dessa forma, tolera-se o cinismo, a mentira, o menosprezo, a aversão à arte e à cultura, o desleixo da linguagem e dos modos, a ignorância, a arrogância do dinheiro e a brutalidade da dominação, além de se admitir o desrespeito à liberdade de consciência, de pensamento, de expressão; às formas legais e aos procedimentos democráticos (DARDOT; LAVAL, 2016).

Tratando especificamente da realidade brasileira atual, colhem-se as lições de Silva e Rodrigues (2021), que se dedicaram a analisar a atuação de Bolsonaro. Segundo o estudo referido, nos dois primeiros anos de governo como Chefe do Executivo, o político implementou, ou tentou implementar, medidas que comprometem as instâncias democráticas e que, portanto, podem ser caracterizadas como autoritárias.

Dentre os atos elencados pelos autores, pode-se destacar o Decreto n° 9.690/2019, de 24 de janeiro (portanto, ainda o primeiro mês de governo), que tinha como objetivo alterar a Lei n° 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação). A mudança visava a permitir a servidores comissionados e dirigentes de fundações, autarquias e empresas públicas a imposição de sigilo ultrassecreto a dados públicos. Pelo texto original da lei, essa era uma competência exclusiva somente do Presidente e do Vice-Presidente da República, dos Ministros de Estado e de autoridades equivalentes, além dos Comandantes das Forças Armadas e de chefes de missões diplomáticas no exterior. Ademais, foi também da lavra do referido governo a tentativa de, por meio do Decreto n° 9.759/2019, extinguir a maior parte dos Conselhos de Participação Social da administração pública federal. Esses conselhos são responsáveis por oportunizar a participação da sociedade civil nos processos de formulação, execução e avaliação das mais variadas políticas públicas do país. Contudo, segundo o Presidente da República, sua extinção resultaria em grande economia para os cofres públicos, desburocratização e na “redução do poder de entidades aparelhadas politicamente usando nomes bonitos para impor suas vontades, ignorando a lei e atrapalhando propositalmente o desenvolvimento do Brasil”⁷ (SILVA; RODRIGUES, 2021, p. 98).

Cite-se também a tentativa do então Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, de aprovar, em seu Projeto de Lei Anticirime, uma excludente de ilicitude específica para policiais, que passariam a ter “licença para matar” se estivessem em

⁷ “Partido de oposição ao governo, o PT imediatamente entrou com a Ação Direta de Inconstitucionalidade 6.121 no Supremo Tribunal Federal em 15 de abril. Em 13 de junho, o STF acatou parcialmente o pedido da ADIN do PT e decidiu, por unanimidade, conceder uma liminar para limitar o alcance da medida. De acordo com o STF, colegiados criados por lei não poderiam ser extintos pelo Decreto” (SILVA; RODRIGUES, 2021, p. 98-99).

situação de confronto armado⁸. Num país marcado pela violência policial, especialmente, nas regiões periféricas, não é difícil imaginar as consequências danosas que uma previsão legal como essa poderia trazer, na prática, para a garantia do direito à vida, em particular, da população mais vulnerável econômico-socialmente. Ademais, já se tornaram sistemáticos os ataques do Presidente à imprensa. O estudo referenciado apresenta dados do Relatório da Federação Nacional dos Jornalistas de 2019, em que constam 116 declarações contra a imprensa, com 11 ataques a jornalistas e 105 tentativas de descredibilização da imprensa somente de autoria de Bolsonaro, isso sem contar as atitudes de membros do seu governo e de seus apoiadores, esses sem dúvida, incentivados pela postura do próprio político (SILVA; RODRIGUES, 2021).

No que concerne ao que se tem discute como tema central desta seção, a relação entre neoliberalismo e autoritarismo, também o governo Bolsonaro serve de exemplo, visto que, além da feição autoritária, igualmente, integram sua atuação e de sua equipe a orientação neoliberal, ao trabalhar em prol do desmonte de políticas sociais e do avanço das privatizações de empresas estatais. Silva e Rodrigues (2021) também trazem exemplos disso ao mencionarem que o Ministro da Economia, em 21 de agosto de 2019, apresentou um plano de privatização de cerca de 16 empresas estatais; o governo também se desfez de ativos que possuía em empresas que contavam com alguma participação pública (como o Instituto de Resseguros do Brasil, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal); a exclusão de aproximadamente 1 milhão de famílias dos beneficiários do Programa Bolsa Família somente no primeiro ano de governo; e a flexibilização de leis trabalhistas, por meio da chamada “Medida Provisória da Liberdade Econômica”, sancionada pelo presidente em 20 de setembro de 2019.

4 NEOLIBERALISMO E CONSERVADORISMO: O “CIDADÃO DE BEM” RESSENTIDO

Não é, todavia, apenas com processos antidemocráticos que o neoliberalismo se relaciona. O avanço do neoliberalismo sobre as estruturas sociais, econômicas, políticas e subjetivas (tratado na seção anterior) encontra o complemento perfeito no

⁸ “Contudo, a proposta encontrou resistência na sociedade civil e no Congresso Nacional. Em 25 de setembro, o grupo de trabalho da Câmara dos Deputados que analisou o pacote anticrime rejeitou, por nove votos a cinco, a ampliação do conceito de excludente de ilicitude, previsto no Código Penal” (SILVA; RODRIGUES, 2021, p. 98).

conservadorismo moral. Livre mercado e famílias tradicionais combinam-se, pois à medida que o Estado passa a não mais assumir suas funções sociais e desampara os cidadãos, a família passa a ser a responsável por amparar os precarizados. Dessa forma, além de apoiar a desregulamentação do mercado, o Estado deve defender a moralidade tradicional. Como consequência, ações políticas no sentido da descriminalização do aborto ou do reconhecimento de direitos à população LGBTQIA+, tornam-se interferência indevida na moralidade. Esse foco no indivíduo e nas famílias provoca a fragmentação da sociedade e dissolve os laços sociais. Esse cenário contribuiu para a ascensão de regimes de direita radicais em vários países na contemporaneidade (BROWN, 2019).

A história recente do Brasil narra um processo como esse, em que a aliança entre o conservadorismo e o neoliberalismo conduziu Jair Bolsonaro ao poder. Para explicar melhor o que se acaba de afirmar, faz-se oportuna uma digressão a um passado próximo, que se inicia com a redemocratização pós-Ditadura Militar. Entre 1988 e 2002, o Brasil começou um processo de consolidação democrática, por meio da criação de políticas públicas, legislações e projetos de direitos humanos. Nesse período, houve a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), do Sistema Unificado de Assistência Social, e o país passou a participar do processo de transnacionalização dos direitos humanos, quando foram criados o primeiro e o segundo Plano Nacional de Direitos Humanos (KALIL, 2020).

O intervalo entre 2003 e 2010, por sua vez, foi caracterizado pela criação de projetos sociais voltados à redução das desigualdades sociais e à formulação de políticas públicas com escopo relacionado às temáticas de gênero, sexualidade e questões raciais. Nessa época, houve a criação do Terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos, que incluía, dentre outras questões, a igualdade de gênero como premissa fundamental; o direito à livre orientação sexual; o combate à homofobia; o direito das famílias homoafetivas; serviços no SUS voltados para transexuais; o direito à memória e à verdade acerca dos crimes cometidos durante a Ditadura Militar e ações destinadas à promoção do ingresso de negros e indígenas nas universidades (KALIL, 2020).

A fase compreendida pelos anos de 2011 a 2018 foi caracterizada por uma contraofensiva conservadora ao avanço do reconhecimento de direitos e à implementação de políticas públicas tendentes a concretizá-los dos períodos anteriores. Assim, assistiu-se ao ganho de força de posições contrárias à secularidade do Estado, à diversidade de orientação sexual, à expansão do acesso à educação para as populações mais vulneráveis,

às questões de gênero; e favoráveis à posse de armas e à intervenção militar. Foi um período em que ganharam eco os discursos que tratavam do “kit gay” e da “ideologia de gênero”. Nesse período, Bolsonaro, então Deputado Federal, era uma das vozes que propagavam os referidos discursos. No entanto, em 2017, ele contava com apenas 10% das intenções de votos, o que não seria, portanto, suficiente para elegê-lo Presidente da República. Foi então que se deu o casamento entre a sua postura conservadora com as pautas neoliberais, representadas por Paulo Guedes, que viria a se tornar o seu Ministro da Economia. Assim, a campanha de Bolsonaro ganhou robustez e saiu vencedora ao conseguir mobilizar as camadas profundas de conservadorismo e autoritarismo, que forjaram a construção da identidade brasileira, e os interesses do grande capital num período em que o país enfrentava uma severa crise econômica (KALIL, 2020)⁹.

Conforme relata Kalil (2020), uma vez eleito, Bolsonaro colocou em prática o discurso conservador em suas ações governamentais. Colocou para presidir a pasta do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos Damares Alves, pastora evangélica e fundadora da Associação Nacional de Juristas Evangélicos. A atuação da Ministra tem se pautado por uma postura extremamente conservadora de defesa da chamada “família tradicional”, responsável por gerar renda e proteger social e economicamente seus membros, bem na linha do que se tratou anteriormente sobre o papel que o conservadorismo desempenha num contexto neoliberal.

Percebe-se, assim, a reverberação, num contexto neoliberal, do discurso conservador e autoritário, intolerante a movimentos políticos e sociais que aponte para a pluralidade. Inclusive, porque, num contexto de feroz concorrência e de investimento públicos escassos, a destinação de recursos para a garantia do gozo de direitos que viabilizem múltiplas formas de existência não é desejada por aqueles que, pelo menos diretamente, não se beneficiarão dela.

Chaui (2020) contribui para a compreensão desse fenômeno quando explica que as consequências do neoliberalismo não são apenas políticas, jurídicas, sociais ou econômicas. Existem ainda os desdobramentos ideológicos desse movimento, que, dentre

⁹ “Con el lema ‘liberales en la economía y conservadores en las costumbres’, el ataque a la ‘ideología de género’ durante la campaña presidencial de 2018 ayudó a excluir del debate electoral las discusiones sobre el proyecto económico de Bolsonaro. Por primera vez desde la redemocratización del país, en la década de 1980, los temas de desigualdad, políticas de redistribución, generación de empleo e ingresos, inversión en infraestructura, educación y salud no fueron discutidos ni propuestos en la disputa presidencial. Esto sucedió exactamente cuando el país enfrentaba una de sus peores crisis de crecimiento y desigualdad económica” (KALIL, 2020, p. 42).

outros elementos, caracteriza-se pelo estímulo do ódio ao outro, ao diferente, aos socialmente vulneráveis; institui um discurso totalitário, que persegue todo tipo de discurso crítico e fraciona a sociedade em dois grupos (o “povo bom”, que pactua com ele, e os “diabólicos”, os que o contestam); os gestores são investidos da função de realizar uma “limpeza ideológica, social e política”. Observa-se, dessa forma, a utilização de argumentos preconceituosos que transformam medos, ressentimentos e ódios sociais silenciosos em discurso de poder e práticas de extermínio e de censura.

Destarte, quem perdeu a mínima segurança social, em decorrência das políticas neoliberais, passou a apoiar políticos que prometeram uma “limpeza”, livrar o Estado dos “parasitas”, ou seja, daqueles que se beneficiavam com alguma política social. Esse movimento decorre da generalização da concorrência, própria do neoliberalismo, que afeta a solidariedade social. É, por isso, que se afirma que o neoliberalismo aumenta o ódio social contra os vulneráveis. Assim, o contexto atual congrega uma estratégia neoliberal clássica de guerra econômica contra o inimigo externo e uma guerra contra o inimigo interno. Como a promessa referida acima passou a fazer parte do discurso da extrema direita, ou direita autoritária, tal fato contribuiu para a sua ascensão ao poder por meio do voto popular. Esse é o principal elemento que acelera o processo de saída da democracia, na medida em que se apoia a tomada de poder por grupos que são afeitos a medidas antidemocráticas. Assim, sem modificar, ao menos aparentemente a democracia liberal, as sociedades passaram a ter que lidar com expedientes antidemocráticos (CHRISTIAN... 2018).

O ressentimento, enquanto categoria da psicanalítica, contribui para a consecução do mister de compreender esse elemento subjetivo, não necessariamente racional, que motiva aqueles que apoiam e sentem-se representados por discursos conservadores, de exclusão, defensores de um padrão único que normatize a existência.

Conforme explica Kehl (2020), o funcionamento do ressentimento, enquanto *pathos*, ajusta-se às sociedades capitalistas, em que o ser humano é visto e se vê como indivíduo, e não como sujeito. Ou seja, como alguém que não reconhece sua divisão subjetiva, composta, inclusive, por uma parte que falha, que erra. Ademais, sente a necessidade de pautar suas condutas não pelo próprios desejos, mas por mandatos de interdições morais que propagam a exigência de perfeição¹⁰. Aliás, numa lógica em que a pessoa é transformada em empreendimento, conforme se abordou anteriormente, a

¹⁰ Trata-se da chamada “covardia moral” do neurótico (KEHL, 2020).

exigência de um alto padrão de desempenho vem bem a calhar. Contudo, o neurótico que, mesmo após tanto esforço, reconhece-se numa vida medíocre, busca alguém para culpar, alguém que possa assumir a responsabilidade pelo estado em que se encontra.

A partir de então, o questionamento que se apresenta é: mas a quem culpar? Para responder a isso, pode-se valer de outro conceito psicanalítico, denominado por Freud de “narcisismo das pequenas diferenças”. O psicanalista usou esse conceito para tentar explicar o antissemitismo que resultou na eleição de Hitler na Alemanha. Toma-se, assim, o ressentimento como uma paixão coletiva, que brota da baixa classe média, a qual experimentava uma frustração coletiva durante a crise econômica dos anos de 1930 e via-se encurralada entre a burguesia e a potência de luta do proletariado. Esse grupo volta-se, então, para alguém não muito distante, que poderiam (não fosse as pequenas diferenças) ser reconhecidos como “um de nós”, passa-se, dessa forma, a culpar e apoiar a perseguição/extermínio de judeus, ciganos, homossexuais, os cristãos Testemunhas de Jeová, etc (KEHL, 2020)¹¹.

Tomando essa construção teórica para procurar interpretar os recentes acontecimentos políticos e sociais no Brasil, já descritos anteriormente, torna-se oportuno trazer à discussão uma figura central nesse processo, qual seja, “o cidadão de bem”. Como explica Kalil (2018), trata-se de um significante vazio, o que possibilita a criação de um elo entre variadas equivalências de natureza moral. Representa, assim, um posicionamento autoritário, uma tentativa de diferenciação, como se houvesse apenas uma forma correta de existir.

A expressão aglutina em si aqueles que desejam se identificar como os que possuem condutas irrepreensíveis na vida privada e na vida coletiva. Para se afirmarem como categoria, buscam se diferenciar dos demais, criando relações de oposição com os demais (“comunistas”, “petistas”, “de esquerda”, “corruptos”). Nesse ponto, é conveniente explicar que corrupção, nesse discurso, é um termo polissêmico. Pode ser utilizado para falar mesmo da apropriação para fins pessoais de recursos públicos, o que justificaria a redução do Estado (as políticas de privatização) e o apoio aos *outsiders*. É usado ainda para se referir à “desordem” dos costumes, relacionando-se, portanto, com as pautas morais e encorpando o discurso dos que censuram as políticas de gênero e

¹¹ “Nesses termos, a decepção com as promessas não cumpridas não predispõe à ação; ela produz um exército de queixosos passivos, prontos para se (re)alinharem ao que existe de pior entre os conservadores, como forma de reação amarga e estéril, carregada de desejos de vingança” (KEHL, 2020, s.p.).

sexuais¹². Por fim, existem os que utilizam o termo fazendo uma “confusão entre direitos e privilégios”, pois “gozam de muitos direitos e não cumprem seus deveres”. Nessa perspectiva, voltam-se contra os beneficiários de programas sociais ou de políticas afirmativas, por exemplo (KALIL, 2018)¹³.

Isto posto, é possível construir uma relação sobre o que se expôs até aqui e o perfil majoritário apresentado anteriormente dos que, em maio de 2021, avaliam o governo de Jair Bolsonaro como “ótimo/bom”. São pessoas que, pela renda que auferem, baixo grau de escolaridade e a ocupação principal que possuem, sofrem com as medidas de austeridade do Estado e a precarização dos serviços públicos. Não fazem parte da elite econômica, social ou cultural. Tal condição de opressão mobiliza paixões, tal como o ressentimento já explorado, o que desencadeia a necessidade de atribuir a um terceiro a culpa. Essa paixão foi bem mobilizada pelos governos de direita que ascenderam ao poder nos últimos anos em vários países do mundo¹⁴.

No caso brasileiro, foi possível verificar que as camadas mais empobrecidas que apoiaram Jair Bolsonaro durante a campanha (e que hoje constituem a maioria dos que ainda avaliam positivamente o seu governo) direcionaram essa culpa, decorrente do ressentimento, para os que são ainda mais necessitados economicamente, como os beneficiários dos programas de distribuição de renda (por exemplo, o Bolsa Família), que, segundo os apoiadores do agora Presidente, teriam baixa perspectiva crítica com relação à situação do País¹⁵. Dessa forma, buscam demarcar uma linha divisória entre eles e os demais (bastante próximos socioeconomicamente), praticando o narcisismo das pequenas diferenças (KALIL, 2018).

¹² Esse ressentimento com a política tradicional combinado com uma moral conservadora é ressaltado por Silva Júnior (2020, p. 251) em: “A sede por liberdade após quase 20 anos de ditadura militar [...], diante da crescente desigualdade na sociedade, deu lugar ao ressentimento contra a política tradicional e a uma clara tendência ao conservadorismo na população, tendência que lembra inquietantemente o período anterior ao golpe militar”.

¹³ Nesse mesmo, sentido: “A ideia é que o *cidadão de bem*, entendido como *self-made man* em potencial, caso tenha mérito, não precisa do auxílio do Estado, ao contrário, é por este prejudicado na medida em que é obrigado a sustentar, via tributos, uma série de vagabundos (beneficiários de políticas assistenciais), corruptos e demais privilegiados (minorias que de algum modo se beneficiam ou poderiam se beneficiar das políticas de ação afirmativa)” (SILVA, RODRIGUES, 2021, p. 92-93).

¹⁴ A esse respeito: “A nação, a família, a propriedade e as tradições que reproduzem privilégios raciais e de gênero, feridas de morte pela desindustrialização, pela razão neoliberal, pela globalização, pelas tecnologias digitais e pelo niilismo são reduzidas a resquícios afetivos. Até agora, esses resquícios foram ativados predominantemente pela direita” (BROWN, 2019, p. 228).

¹⁵ Ademais, não se pode ignorar que, num contexto de escassez, os culpados eleitos estão sendo destinatários de recursos públicos, o que pode justificar, ainda que não conscientemente, a escolha por culpá-los.

Essa situação descrita também se relaciona com a questão do conservadorismo tratado nessa seção. Kalil (2018) explica que foi possível perceber que esse grupo defende uma redução do Estado no que concerne às pautas dos costumes. Reprovam, portanto, políticas públicas com um escopo mais progressista e democratizante. Contudo, por outro lado, como dependem de serviços públicos, são favoráveis, nessa seara, a uma atuação mais ativa do Estado. Tal contexto permite, inclusive, justificar o porquê da existência de discurso, à primeira vista, contraditórios, de pessoas que dependem e fazem uso de serviços públicos, mas defendem o Estado mínimo.

5 CONCLUSÃO

Atualmente a discussão acerca da neutralidade da tributação em termos nacionais estão ganhando importância por conta da preocupação em relação aos efeitos nocivos que a referida tributação possa causar no equilíbrio da concorrência.

Os efeitos da adoção da racionalidade neoliberal vão além do campo da economia. A lógica concorrencial da empresa se espalha para outras áreas. No campo da política, ela orienta a tomada de decisões austeras, consistentes na precarização das garantias dos direitos prestacionais, na extinção dos serviços públicos e na privatização de empresas estatais. No social, ela extirpa os laços de solidariedade que unem os membros de uma classe social, garantindo a coesão necessária para a proteção do grupo e o seu fortalecimento. Por fim, a racionalidade neoliberal penetra na construção da própria subjetividade dos membros da sociedade, tornando-os empreendimentos, que se orientam pautados na concorrência em suas relações. Essa orientação para a concorrência é fonte de ódios, ressentimentos e violência, especialmente, dirigidos aos grupos vulneráveis. O neoliberalismo, assim, contribui para a fragilização da democracia na medida em que provoca a absorção do Estado pela sociedade, provocando a indiferenciação das instituições sociais e políticas, que passam a ser entendidas como organizações.

O avanço no neoliberalismo sobre as estruturas sociais, econômicas, políticas e subjetivas encontra o complemento perfeito no conservadorismo moral. Livre mercado e famílias tradicionais combinam-se, pois à medida que o Estado não mais assume suas funções sociais e desampara os cidadãos, a família passa a ser a responsável por amparar os precarizados. Nesse sentido, a democracia também sofre, uma vez que a postura conservadora adotada censura políticas afirmativas, voltadas à garantia dos direitos fundamentais para os diferentes grupos sociais que compõem a sociedade, em especial, os vulneráveis.

Aqueles que apoiam e sentem-se representados por discursos conservadores, de exclusão e que ignoram a pluralidade social, podem ter sua motivação compreendida com o auxílio da Psicanálise. Trata-se de sujeitos dominados pelo ressentimento, paixão condizente com a subjetividade forjada no contexto neoliberal. O ressentido tem a necessidade de atribuir a outrem a culpa pelas insatisfações consigo e com sua vida, as quais não são poucas numa sociedade que exige de seres humanos o alto desempenho próprio de estruturas inanimadas.

Isto posto, pode-se compreender que é possível explicar por esse viés psicanalítico a motivação do grupo que permanece apoiando Jair Bolsonaro. Trata-se, majoritariamente, de pessoas que não fazem parte da elite econômica, social ou cultural, as quais, portanto, sofrem com as medidas de austeridade do Estado e a precarização dos serviços públicos. Tais sujeitos, seguindo o narcisismo das pequenas diferenças, direcionam o ressentimento, que nasce do descontentamento com a própria realidade, para os que são ainda mais vulneráveis e que, num contexto de escassez de investimento público na melhoria das condições de vida da população, estejam sendo beneficiários de alguma ação política que demandem recursos públicos.

REFERÊNCIAS

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019. 256 p. Tradução de Mario A. Marino e Eduardo Altheman C. Santos.

CHAUI, Marilena. O totalitarismo neoliberal. **Anacronismo e Irrupción**: Revista de Teoría y Filosofía Política Clásica y Moderna, Buenos Aires, v. 10, n. 18, p. 307-328, mayo/oct. 2020. Semestral. Disponível em: <<https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/anacronismo/article/view/5434>>. Acesso em: 23 maio 2021.

CHRISTIAN Laval: Bolsonaro, Trump e o neoliberalismo hiperautoritário. Realização de Instituto Humanitas Unisinos. São Leopoldo: Tv Boitempo, 2018. (103 min.), color. Série II Ciclo de debates: desigualdades no contexto econômico brasileiro. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Ma5zISi9gho&t=2955s>>. Acesso em: 25 maio 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016. 413 p. Tradução de Mariana Echalar.

DATAFOLHA. **Avaliação do presidente Jair Bolsonaro**. Instituto de Pesquisa Datafolha, Opinião Pública. São Paulo, maio 2021. Disponível em: <<file:///C:/Users/HOME/Downloads/Pesquisa%20datafolha.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2021.

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO (São Paulo) (org.). **Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro**. 2018. Pesquisa coordenada por Isabela Oliveira Kalil. Disponível em: <<https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FESPSP.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2021.

KALIL, Isabela. Políticas antiderechos en Brasil: neoliberalismo y neoconservadurismo en el gobierno de bolsonaro. In: SANTANA, Ailynn Torres (ed.). **Derechos en riesgo en América Latina**: 11 estudios sobre grupos neoconservadores. Bogota: Ailynn Torres Santana, 2020. p. 35-53.

KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

SILVA, Mayra Goulart da; RODRIGUES, Theófilo Codeço Machado. O Populismo de Direita no Brasil: neoliberalismo e autoritarismo no governo bolsonaro. **Mediações**: Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 26, n. 1, p. 86-107, jan./abr. 2021. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/42098>>. Acesso em: 21 maio 2021.

SILVA JUNIOR, Nelson da. O Brasil da barbárie à desumanização neoliberal: do “Pacto edípico, pacto social”, de Hélio Pellegrino, ao “E daí?”, de Jair Bolsonaro. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 249-287.